

# **A emigração nos últimos 40 anos. Reflexões a partir da experiência migratória de três gerações de portugueses**

**Dulce PIMENTEL**

CICS.NOVA Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais  
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa  
dpimentel@fsh.unl.pt

**Fernando Ribeiro MARTINS**

CICS.NOVA Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais  
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa  
fermar@fsh.unl.pt

## **Resumo**

*O 40º aniversário da revolução de Abril ocorreu num período de crise e de incerteza, voltando a emigração a ser tema de interesse nacional. Os números que foi possível apurar colocam Portugal entre os países da União Europeia e da OCDE com maior taxa de emigração, um fluxo que se intensificou nos últimos anos reavivando memórias da intensa emigração de meados do século XX.*

*Por se constituir como um factor de mudança relevante, cujas consequências se fizeram e fazem sentir na sociedade e no território, a emigração portuguesa não pode deixar de constituir motivo de reflexão quando se analisam as profundas mudanças por que passou o País nas últimas quatro décadas.*

*A partir de um conjunto de entrevistas realizadas a membros de duas famílias, cuja experiência migratória toca sucessivas gerações, são analisados elementos essenciais do fenómeno desde o período imediatamente anterior à instauração da democracia até à actualidade.*

**Palavras-chave:** emigração, regresso, Portugal.

### **Abstract**

*40 years have gone by since the Portuguese revolution and the emigration issue remains of utter importance in a time of changes and uncertainty. According to a recent report (Observatório da Emigração, 2014) Portugal has one of the highest emigration rates among the EU and OCDE which echoes the emigration flows of the 1960s. Portugal's recent history was influenced by these migrations and its study is relevant due to its impact on Portuguese population, society and territory.*

*The aim of this paper is to analyze the emigration phenomenon in this period based on a set of interviews with members of two families with migratory experiences involving different generations.*

**Keywords:** Portuguese emigration, return migration.

### **Resumé**

*Au moment où les Portugais fêtent le 40e anniversaire de la révolution des œillets, l'émigration revient à enjeu national. Les données les plus récentes placent le Portugal parmi les pays de l'Union Européenne et de l'OCDE dont le taux d'émigration est le plus élevé. L'intensification de ces flux migratoires, en particulier depuis 2010, a fait revivre la mémoire des années soixante. L'émigration est indissociable de l'histoire du Pays et leurs impacts sont bien marqués sur la population, la société et le territoire.*

*Nous proposons l'analyse des éléments les plus importants du phénomène migratoire portugais pós-1974 à partir de quelques entretiens semi-directifs menés avec les membres de deux familles dont l'expérience migratoire touche générations successives.*

**Mots-clés:** émigration portugaise, retour.

## Introdução

No ano anterior à revolução de Abril de 1974 emigraram cerca de 130 mil portugueses<sup>1</sup>, em 2013 estima-se que o número de saídas tenha sido de 110 mil<sup>2</sup>. Estes valores evidenciam a persistência da emigração, que ao longo do tempo apresentou, contudo, volumes e características específicas, num processo de contínuo ajustamento à situação dos mercados de trabalho (interno e potenciais) e à evolução das políticas migratórias (Baganha, 1994 e 2000; Pimentel, 2003; Marques, 2008; Malheiros, 2010, Peixoto *et al.*, 2016). Durante este período, muitos milhares de portugueses saíram do seu país à procura de um futuro melhor<sup>3</sup>. A maioria rumou a países europeus, como a França, a Suíça, a Alemanha ou o Reino Unido; outros atravessaram o Atlântico, em direcção às Américas, a África, ou a destinos mais longínquos.

Muitos outros fizeram o percurso em sentido contrário. Mais de seiscentos mil regressados (609 137) em apenas 20 anos (segundo os únicos dados disponíveis nos Recenseamentos Gerais da População para os quatro períodos quinquenais que antecederam os censos, 1976/81, 1986/91, 1996/01 e 2005/11), pelo que não andaremos muito longe da verdade se afirmarmos que mais de um milhão de portugueses terão voltado a Portugal entre 1976 e 2011, e próximo de dois milhões considerando também os retornados das ex-colónias, subavaliados segundo diversas fontes (Amaro, 1985; Barreto, 1996) entre 500 e 700 mil.

Nestas comemorações, parece-nos justo homenagear esses milhares de emigrantes que, por razões muito diversas, saíram de Portugal. O seu contributo para o desenvolvimento do País é inegável, seja por via das transferências monetárias – que, entre os finais da década de 70 do século XX e a adesão à Comunidade Económica Europeia (1986), representaram uma entrada de divisas superior a dois mil milhões de dólares a cada ano<sup>4</sup> –, pelo contributo para a renovação da construção, porventura mais visível nos lugares de pequena e média dimensão, ou ainda pela revitalização do tecido empresarial onde muitos investiram parte das suas poupanças (Martins, 2011). O País mudou profundamente nos últimos quarenta anos e os emigrantes portugueses deram um valioso contributo para essa mudança.

Um agradecimento especial às duas famílias que nos receberam em sua casa e nos contaram pormenores das suas vidas. As entrevistas realizadas no Verão de 2014, duas nos arredores de Lisboa, as outras numa aldeia do interior Centro, permitiram-nos compreender melhor as diferentes fases do seu percurso migratório,

---

<sup>1</sup> Inclui estimativa de saídas irregulares com base nos dados do Boletim Anual da SECP (Baganha, 1994:974).

<sup>2</sup> Pires *et al.* (2014).

<sup>3</sup> O efeito acumulado destes fluxos tornam Portugal no país da União Europeia com maior número de emigrantes em relação à população residente. Dados dos censos sobre a emigração nos países da OCDE permitem estimar que mais de 2 milhões de portugueses, o equivalente a 1/5 da população residente, vive noutro país (Pires *et al.*, 2014).

<sup>4</sup> O envio de remessas continua a assumir valores importantes, constituindo uma das práticas transnacionais de índole financeira mais significativa. Em 2014, as remessas de emigrantes recebidas em Portugal foram ligeiramente superiores a três mil milhões de euros, valor que representou cerca de 1,8% do PIB desse ano (Pires *et al.*, 2015:23).

nomeadamente, o modo de vida nas aldeias antes do 25 de Abril, as razões da sua saída do País, as dificuldades de adaptação no estrangeiro, a decisão de regresso no contexto familiar e a readaptação em Portugal, que constituíram o ponto de partida para o texto que aqui apresentamos.

### **Da emigração em ditadura ao regresso em democracia**

Joaquim e Maria José, nomes fictícios, fazem parte da geração de portugueses que, na década de 60 do século XX, alimentou o importante fluxo emigratório para França. A sua história tem a particularidade de incluir o regresso a Portugal precisamente no ano da revolução de Abril e de, nas últimas duas décadas, os seus descendentes serem também emigrantes. Ele, pedreiro de profissão, partiu em 1966 para a região de Auvergne<sup>5</sup>. Como sucedeu com muitos outros foi à procura de uma vida melhor para o agregado familiar, já então constituído pela mulher, Maria José e dois filhos, que ficaram em Portugal. Da aldeia, uma freguesia no concelho de Castelo Branco, de onde são naturais, emigraram também outros homens, familiares e amigos<sup>6</sup>. Joaquim conta-nos que a decisão de emigrar foi facilitada pela ajuda de um irmão já a residir em França e a possibilidade de obter um contrato de trabalho. A documentação foi tratada na Câmara Municipal em Castelo Branco e, depois, na Junta da Emigração, em Lisboa. Na posse de um passaporte concedido pela Junta da Emigração, Joaquim viajou e entrou em França legalmente, o que não sucedeu a muitos portugueses que emigraram “a salto”<sup>7</sup>.

---

<sup>5</sup> A esta região do Maciço Central francês chegaram nessa época muitos portugueses, inicialmente para trabalhar na construção civil, mais tarde na indústria. A partir de 1968, a Michelin começa a recrutar trabalhadores portugueses e em 1970 já representavam metade do seu efectivo de estrangeiros, ou seja, 2210, dos quais mais de 60% recrutados nesse ano. Esta unidade industrial e o facto da perfeitura de Puy-de-Dôme ter sido uma das primeiras a regularizar massivamente os portugueses tornaram Clermont-Ferrand numa das principais áreas da imigração portuguesa (Barou *et al.*, 2009).

<sup>6</sup> Durante a década de 1960, a população da aldeia diminuiu 28%, mais do dobro da perda registada no concelho de Castelo Branco. A preferência por França era muito notória tanto no concelho como no distrito de Castelo Branco, tendo a emigração para este destino ultrapassado 90% do total de saídas oficiais registadas entre 1965 e 1969, quando a média nacional foi de 68,4%. Segundo a teoria das redes migratórias (Massey *et al.*, 1993), as relações sociais entre migrantes e potenciais migrantes permitem explicar a preferência por determinado destino, bem como a manutenção desses fluxos migratórios.

<sup>7</sup> Dos cerca de 900 mil portugueses que, entre 1957 e 1974, emigraram para França (mais de metade do total de saídas), apenas 350 000 entraram legalmente em França (Pereira, 2014). Durante os anos 1960, atravessar a fronteira a salto passou a constituir uma prática, sobretudo das classes populares, motivada pela dificuldade em obter um passaporte (de emigrante ou de turismo), e que recorria frequentemente a redes de passadores. No âmbito do projecto “Além do fracasso e do maquiavelismo: a emigração irregular portuguesa para a França, (1957-1974)”, financiado pela FCT e concluído em 2013, foram realizadas dezenas de entrevistas a diferentes actores intervenientes nesse período de forte emigração clandestina, nomeadamente antigos migrantes e passadores.

Os primeiros tempos foram de adaptação a uma nova vida, a um novo país. Entre as dificuldades por que passou, a língua foi talvez a maior ... “Cheguei em Abril e não sabia falar nem uma palavra. Naquela altura, dava muito dinheiro a quem me ensinasse. Agarrava-me ao dicionário todos os dias e fazíamos perguntas uns aos outros (na obra eram todos portugueses) com a ajuda do dicionário”.

O entusiasmo com que aos 85 anos fala do seu trabalho em França, do respeito que granjeou entre colegas e patrões, parece fazer esquecer as dificuldades por que passou e “as dores que sentia nas costas” quando se deitava à noite na cama. Embora muito duro, o trabalho acabava por funcionar como paliativo, ajudando a atenuar as saudades de casa. Veio de férias ao fim do primeiro ano e, logo que reuniu condições, levou consigo Maria José e os filhos. Se, por um lado, ter a família consigo tornava a vida “mais normal”, deixando para trás os tempos de partilha de uma caravana com outros três portugueses, por outro começavam as dificuldades para Maria José. Para além do isolamento em casa, nos primeiros meses sem conseguir trabalho porque não falava a língua, seguiu-se a inadaptação dos filhos ao sistema escolar francês... “Como via que eles estavam a atrasar-se na escola, vim trazê-los [na aldeia ficaram à guarda de familiares]”. Nos anos seguintes, “a preocupação do pai foi enviar muito dinheiro para que eles estudassem cá em português”, mas a separação foi de tal modo dolorosa, sobretudo para os filhos, que Maria José afirma que “ainda hoje, quando se fala nesse tempo, o meu filho me diz que não deixava um filho seu como nós o deixámos a ele”.

Quatro décadas depois, Maria José continua a guardar na memória o dia em que, inesperadamente, Joaquim lhe disse que regressavam a Portugal. Adiou o mais que pôde dar a notícia às patroas, que nem queriam acreditar na repentina decisão... “Agora que já sabes falar e tens a tua vida organizada é que te vais embora?” Maria José sentia-se bem em França, gostava do modo como o seu trabalho era valorizado e sobretudo da relação que construiu com o marido. No regresso à aldeia “tudo era diferente. Se nós éramos os mesmos, porque é que já não era a mesma coisa? Só me faltava chorar. Eu gostava da maneira como nós vivíamos lá, é por isso que eu gostava da França. Se eu pudesse, não tenha dúvidas de que voltava.” Para Maria José, voltar à aldeia significou o regresso à condição de doméstica, enquanto Joaquim retomou a sua actividade – construiu várias casas, algumas de irmãos e cunhados também emigrados, recuperou a casa onde moram e realizou outras obras na aldeia, não sem antes voltar a “embarcar na aventura da emigração”. Em 1977, desafiado por um colega que estava em França, voltou a partir, desta vez com filho. O destino era Lille e acabou por “andar por lá dois anos”. Gostava que o filho tivesse beneficiado mais desse tempo, e que pudessem ter aproveitado as ajudas de incentivo ao retorno, mas “como o patrão não tinha a situação dele regularizada e o Pedro, então com 19 anos, ainda não tinha ido à tropa, cortaram-lhe os papéis”.

A história de Pedro, nome fictício, também ele emigrante, a residir em França e a trabalhar na Suíça há mais de duas décadas, será contada um pouco mais à frente. Maria José e Joaquim são de opinião que a emigração contribuiu para mudar a paisagem da aldeia, pois “fez aparecer muitas casas novas”, mas, sobretudo, “levou muitos para fora”, como aconteceu com o seu filho, nora e netos, que emigraram na

década de 1990. É verdade que a aldeia, como muitas outras do país, se anima durante o mês de agosto, com a chegada dos emigrantes, maioritariamente de França e da Suíça, mas os investimentos que realizaram em locais de turismo balnear e nos centros urbanos (em Portugal e no estrangeiro) acabaram por reduzir o tempo de permanência na aldeia.

O balanço que fazem da sua experiência migratória é, no entanto, distinto. Maria José não esquece a vida que tinha em França e a “amizade com as patroas”, com quem manteve correspondência durante algum tempo após o regresso a Portugal, mas tem consciência das repercussões que o afastamento provocado pela emigração tiveram no filho. As suas palavras deixam transparecer uma certa mágoa, mas também o ter de se conformar com a decisão do marido. Como sucedeu com muitas mulheres portuguesas emigrantes em França na década de 60, o emprego em actividades domésticas permitiu o contacto com o modo de vida das famílias francesas, os hábitos e gostos, a educação das crianças e, geralmente, uma melhor e mais rápida aprendizagem da língua do que acontecia com os homens, pois estes, empregados maioritariamente na construção civil, não raras vezes, apenas tinham contacto com outros portugueses. Esta situação parece ter contribuído para uma adaptação/integração menos difícil das mulheres na sociedade francesa, mas também para que muitas projectassem os valores e o modelo de educação dos filhos das suas “patroas” nos seus próprios filhos. Talvez por isso, Maria José considere que deixou muito para trás e que o regresso à aldeia foi bom para o marido e para o convívio com os filhos e familiares, mas para ela terá sido o fim de um período feliz.

O trabalho ocupa as boas e as más memórias de Joaquim. Admite que decidiu voltar “por birra”, na sequência de um desentendimento com um colega de profissão, mas não tem dúvidas que foi a decisão acertada, “se não tenho voltado, tinha morrido por lá!”. E, quando questionados acerca do modo como vêm a emigração dos familiares directos (filho, nora e netos), Maria José e Joaquim são peremptórios em afirmar que “é duro estar fora da família, mas cá não lhes podíamos dar futuro”. Maria José esclarece o seu ponto de vista ao considerar que “Portugal é um país muito bom para viver quando se tem estudos, um bom emprego e a vida organizada, mas para quem tem certas profissões, duras, e salários baixos, tem que procurar no estrangeiro, onde se ganha melhor”.

### **O fim do “ciclo francês” ou quando a Suíça se consituiu como um novo destino**

Fátima e Alfredo, nomes fictícios, são dois membros do mesmo agregado familiar, recém-chegados da Suíça. Ela com 58 anos de idade, ele com 60. A sua história de emigração, idêntica à de milhares de outros portugueses, tem a particularidade de ser quase tão longa como a da democracia em Portugal. Deixaram o País nos anos subsequentes ao 25 de Abril de 1974 e regressaram no ano da comemoração dos 40 anos daquele acontecimento. Quando os entrevistámos tinham passado apenas duas semanas sobre o seu regresso a Portugal.

Ambos nasceram em pequenos povoados do interior; ela de uma aldeia do concelho de Abrantes, marginal às águas da albufeira de Castelo de Bode, ele de uma outra, a nordeste, no concelho de Mação, a pouco mais de três dezenas de

quilómetros. Ambos provêm de famílias numerosas (respectivamente seis e oito irmãos), como era frequente naquela época em Portugal.

Da sua juventude, Alfredo recorda com saudade as festas, como a *Quarta-feira dos rapazes*, a *Quarta-feira das raparigas* e os bailes ao domingo, onde dezenas de jovens de diversas idades animavam a aldeia que, naquela altura, tinha quatro vezes mais população do que actualmente. Alfredo, o segundo mais velho de oito irmãos, não passou fome porque, em sua casa, “nunca se acabou o pão de milho (broa), os legumes ou a batata. Só o queijo de cabra feito pela manhã se acabava a meio do dia”.

A base da alimentação era naturalmente o que a terra produzia em cada época do ano. Semanas a fio a comer couves, outras tantas a comer feijão-verde (vages), este último relativamente abundante porque era cultivado por entre as leiras de milho, a principal cultura naquela época, e regado com a água que se extraía dos poços, com o auxílio de uma nora ou picota. O único peixe que comia era o chicharro e a sardinha que, em determinadas épocas do ano, se consumia duas ou mais vezes por semana. O peixeiro que visitava a aldeia raramente trazia outras variedades de peixe, mas mesmo que as trouxesse não havia dinheiro para as comprar. A carne de porco comiam-na todo o ano com relativa abundância em virtude de criarem porcos para engorda, matando, normalmente dois por ano. A carne era conservada na salgadeira, como o presunto, ou transformada nos enchidos tradicionais: paio, chouriço, farinheira e morcela. Esporadicamente, aos domingos, comiam coelho ou frango, iguaria rara, criados também em casa com o que se produzia nas hortas.

O seu pai trabalhava à jorna na aldeia vizinha e, por isso, viviam com relativo desafogo financeiro ao contrário de outras famílias da mesma aldeia. Na sua casa havia dinheiro para comprar os bens básicos que não produziam, como o açúcar, a massa alimentícia e o vestuário, este último adquirido normalmente nas feiras da freguesia ou na sede do concelho vizinho (Proença-a-Nova), a cerca de dez quilómetros, bem menos do que a distância à vila de Mação a que pertenciam. Nessa altura, na sua aldeia havia apenas quatro “grandes” proprietários de terras, únicas famílias que “davam dinheiro a ganhar” nos trabalhos do campo. Quem não tinha trabalho remunerado vivia da colheita de resina, da apanha de azeitona, da ida à ceifa no Alentejo ou da engorda e venda de suínos e bovinos.

Alfredo recorda-se bem do trabalho diário na agricultura, feito depois de sair da escola primária e percorrer cerca de dois quilómetros, a pé, entre a aldeia vizinha onde se localizava a escola e a sua casa. Conseguiu terminar a quarta-classe. Ainda de tenra idade já ajudava no amanho das terras, na rega do milho, na apanha da azeitona ou na guarda de gado miúdo. Sair com o gado a pastar ao domingo era a tarefa que mais lhe custava fazer, por não poder estar com os amigos.

A mãe trabalhava de “sol a sol” na agricultura e cuidando dos animais. Tinham porcos todo o ano, pelo menos uma mula para o amanho da terra e o transporte de mercadoria (lenha, mato, estrume, produtos agrícolas, entre outros), e um ou dois bovinos para venda, que ajudavam a aumentar o rendimento familiar. Da carne de bovino só lhe conheceu o gosto, já mais velho, depois de sair da sua aldeia.

Fátima, a mais nova de seis irmãos, sempre foi a protegida da família, mas também começou cedo a trabalhar. Com apenas doze anos e a quarta classe, ela e

outras raparigas da aldeia já se ocupavam da colheita de resina, trabalho árduo e pesado, carregando latas por terrenos íngremes e irregulares. Sempre com o patrão por perto incitando-as a trabalharem mais depressa. Nos meses em que não se colhia resina trabalhava próximo de lenhadores ajudando ao transporte de madeira. A vida era dura e difícil! A mãe levantava-se pelas quatro da manhã para preparar o pequeno-almoço dos filhos e do marido. Àquela hora, comiam um prato de sopa de hortaliça às vezes cozinhado na véspera à lareira. Não bebiam leite, reservado sempre para fazer queijo. Nove horas de trabalho diário, com uma hora de intervalo. O almoço, muitas vezes toucinho com pão de milho, era comida sempre no local onde estivessem a trabalhar. Ao jantar, principal refeição em família, de novo legumes cozidos e alguma carne, em geral de porco.

Da sua juventude recorda as brincadeiras com gente de uma aldeia próxima e outros vindos de Lisboa. Não tinha permissão para namorar e os seus movimentos sempre foram muito controlados. Naquela altura sonhava ir trabalhar para Lisboa, pois os que lá estavam gabavam-se de ganhar mais e ter uma vida melhor. Também não passou fome; os irmãos mais velhos sempre contribuíram para o sustento da família. Os seus pais trabalhavam às temporadas, ora na extracção de cortiça ora no trabalho na ceifa de cereais no Alentejo, tal como milhares de outros beirões, os *ratinhos* (Magalhães, 1956).

Em 1976, com dezoito anos de idade, aceitou o desafio dos irmãos e partiu para a Suíça. Dois dias de viagem, muita preocupação e expectativa. Da aldeia até Alferrarede, um vizinho levou-a em viatura particular; daí até Lisboa foi de comboio. No dia seguinte partiu de avião para Genebra onde a esperavam dois irmãos; um deles acolheu-a em sua casa. O que, recorda, mais receava era não saber falar francês, mas acabou por se adaptar... Nessa altura, na sua aldeia, estavam emigradas nove pessoas (seis homens e três raparigas), três na Alemanha e seis na Suíça, entre elas a cunhada que a “mandou ir”.

O percurso migratório de Alfredo começou quando tinha apenas doze anos e meio. Deixou a casa dos pais e foi trabalhar para Lisboa. Ainda se recorda bem daquele dia de Setembro... Um tio, pedreiro, arranjava-lhe trabalho de servente e guarida no Prior Velho, numa espécie de barracão amplo onde já viviam outros homens e rapazes que, como ele, também vieram trabalhar para os arredores da capital. Apesar do apoio da família aprendeu a fazer comida e a “governar-se” sozinho. Aos catorze anos de idade já “chapava massa” e daí a ser pedreiro foi um ápice. A jorna diária rondava então os trinta escudos.

Naquela altura, as distâncias relativas entre lugares eram muito diferentes do que são hoje. Para percorrer os pouco mais de duzentos quilómetros de distância, entre Lisboa e a sua aldeia, de autocarro, demorava seis a sete horas. Havia que atravessar morosamente várias localidades ribatejanas (Cartaxo, Santarém, Alpiarça), parar em Abrantes e Alferrarede, para depois se iniciar um verdadeiro labirinto com inúmeras paragens por pequenas aldeias a norte do Tejo, largando, um aqui um outro acolá; passageiros e mercadorias. Podia ir de comboio até Alferrarede mas de lá à sua terra ainda eram mais de cinco dezenas de quilómetros. Alfredo só voltou a ver a família e a sua aldeia meio ano depois de ter partido. Saiu de Lisboa de manhã, no comboio, e só chegou ao final do dia. Hoje, de automóvel, a mesma distância percorre-a em pouco mais de hora e meia.



Numa dessas idas à sua aldeia, em 1976, encontrou um antigo vizinho, emigrado na Suíça, que lhe explicou como era a sua vida e o desafiou a emigrar<sup>8</sup>. Tinha muito trabalho em Lisboa e começara há dois anos a trabalhar por sua conta. Já ganhava bastante bem, mas na Suíça ganharia três vezes mais! O seu irmão mais velho, influenciado pelo mesmo vizinho, partira um ano antes e estava satisfeito. Tinha o sonho de viajar pela Europa, e aquela era a sua oportunidade; não a podia desperdiçar. Poucos meses depois, abandonou o seu trabalho e partiu para Genebra. Viviam-se então os tempos conturbados pós 25 de Abril.

Antes, um tio de Alfredo, emigrado na Alemanha, já tinha tentado levá-lo para Münchengladbach, cidade próxima da fronteira com a Holanda. Alfredo nunca quis sair do País porque sabia que os emigrantes quando partiam “iam a chorar com saudades da família”, mas desta vez a proposta era muito aliciante! Apesar disso, foi a influência do irmão mais velho que vivia na Suíça o factor decisivo para a sua partida.

Poucos dias depois de ter chegado à Suíça, Alfredo começou a trabalhar de pedreiro numa grande empresa de construção civil que, naquela altura, empregava mais de quatrocentos trabalhadores. Entre eles, muitos galegos e italianos com quem sempre se deu bem. Foi com eles que aprendeu a primeira língua estrangeira, o italiano, antes mesmo de saber o francês. Adaptou-se bem, mas confessa que o trabalho era difícil, principalmente no Inverno, ao ar livre e com temperaturas negativas. A vida não lhe foi fácil mas acabou por recompensá-lo. Os trabalhadores da construção civil, como ele, têm uma contagem de tempo diferente e por isso reformam-se mais novos. Assim aconteceu com Alfredo que se reformou aos 60 anos de idade.

Fátima foi para Genebra com um contrato de trabalho que a cunhada lhe enviou. Partiu numa quinta-feira, em Junho de 1976; no dia seguinte foi à consulta médica a que todos os novos trabalhadores eram obrigados a comparecer; na segunda-feira seguinte já estava a trabalhar numa empresa de transformação de *pickles* com mais de duzentos trabalhadores, muitos deles também portugueses. Conseguiu trabalho a quarenta e cinco minutos da casa do irmão que a acolheu. Esteve lá sete anos, trabalhando num horário entre as sete e as dezassete horas com uma hora de pausa para almoço. Só mudou de emprego quando a empresa encerrou.

Depois, empregou-se como *commissionnaire* numa relojoaria onde esteve treze anos. Grande parte do seu trabalho consistia em ir buscar pedras preciosas e despachar, pelo correio, encomendas contendo jóias valiosas. Só abandonou este trabalho em 1995, quando a empresa foi adquirida por uma outra e todos os

---

<sup>8</sup> Os migrantes pioneiros desempenham um papel determinante na formação das redes migratórias, que se desenvolvem, como refere Marques (2008), “com o crescente envolvimento de famílias, amigos e conhecidos no processo migratório” (2008:105). É a partir do final dos anos de 1970 que a Suíça começa a surgir como “novo e principal destino para a emigração laboral portuguesa”. Para explicar a emergência deste fluxo emigratório, à motivação económica devem ser associados outros factores, nomeadamente “a estrutura do mercado de trabalho helvético” e “o desenvolvimento de estruturas sociais de suporte à migração” (Marques, 2008:104).

funcionários foram despedidos. Desde então, optou por dedicar-se aos serviços de limpeza e apoio domiciliário para duas famílias suíças que muito estima. Aí trabalhou até à véspera de regressar a Portugal.

Quando emigraram, Alfredo e Fátima não se conheciam. Encontraram-se, pela primeira vez, em Maio de 1978 no salão de festas do Clube Português de Genebra, onde se reúnem portugueses aos fins-de-semana. No ano seguinte casaram. Dessa união têm dois filhos; ele formado em engenharia civil há vários anos, a residir também em Genebra; ela, a concluir a especialidade de radioterapia, vivendo ainda na casa dos pais. Na Suíça, sempre tiveram contrato de trabalho; nos primeiros anos, renovado anualmente, depois por dois períodos de cinco anos, até obterem a autorização de residência naquele País.

Enquanto não tiveram essa autorização (o *Permi*)<sup>9</sup> a lei helvética exigia-lhes que, ao fim de cada nove meses de trabalho se ausentassem três do País. Passado esse período, Fátima e Alfredo só tinham quatro semanas de férias; três semanas no verão e uma no Natal, que, sempre que possível, aproveitavam para passar em Portugal.

Alfredo contribuiu para que mais de três dezenas de pessoas, a maioria da sua aldeia, emigrassem para a Suíça. Uns que influenciou directamente, outros que mais tarde os acompanharam. No total, serão talvez centena a centena e meia de pessoas, muitos deles já nascidos na Suíça. Da sua geração e de gerações mais recentes pode dizer-se que a proporção de emigrados para a Suíça é, de facto, muito elevada<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> Actualmente, existem quatro tipos de autorização de residência para estrangeiros na Suíça: (1) autorização de curta duração (*L-Permis*), válida por um ano, renovável, está geralmente associada a um emprego/empresa; (2) autorização de permanência (*Permis-B*), válida por um ano, renovável, destina-se a casos excepcionais de admissão de estrangeiros, como sucede em sectores com comprovada falta de profissionais qualificados suíços ou da UE; (3) autorização de residência permanente (*Permis-C*), pode ser sucessivamente renovada. Para os cidadãos extra-comunitários é geralmente concedida após 10 anos de residência na Suíça; (4) autorização de passagem fronteiriça (*Permi-G*) é passada às pessoas que residem noutro país mas trabalham na Suíça. É renovável anualmente, mas não pode ser convertido em autorização de residência. A partir de Junho de 2002, os acordos de livre circulação de pessoas entre a UE e a Suíça facilitaram as condições de entrada, de residência e acesso ao mercado laboral para os cidadãos da Europa comunitária, o que nos anos seguintes se reflectiu num progressivo acréscimo do número de entradas de portugueses.

<sup>10</sup> A Suíça constitui um dos principais destinos da emigração portuguesa desde meados da década de 1980. Entre 1980 e 1985, o número de portugueses residentes na Suíça triplicou, passando de 10 863 para 31 029, e em 1990 já era superior a 86 mil. A intensificação do fluxo emigratório fez aumentar o peso relativo dos portugueses na população estrangeira de pouco mais de 1% em 1980 para 7% em 1990. Seguiu-se uma fase de redução significativa no volume de entradas, devido à contracção do mercado de trabalho helvético, que se prologou até 1997. Recentemente, os efeitos da crise económica fizeram-se também sentir no aumento do fluxo emigratório nacional para este destino. Mais de 81 mil portugueses entraram na Suíça desde 2011. Entre 2010 e 2014, o número de portugueses residentes registou um acréscimo de 23,6%, quando a população estrangeira cresceu em média 13%. Os portugueses (cerca de 263 mil em 2014) constituem a terceira nacionalidade, depois de alemães e italianos. Em 2014 entraram na Suíça 15 221 portugueses (9,4% do total de imigrantes registados nesse ano), saíram 5923 e 2447 adquiriram a nacionalidade (Office Fédérale de la Statistique). Os

O sonho de Alfredo sempre foi regressar a Portugal. Tem casa nos arredores de Lisboa, construída nos anos de 1970 ao lado da do tio que o “mandou ir”. Dois pisos com varanda; o de baixo alugado durante vários anos, o de cima reservado para quando vinham de férias. Na sua aldeia de infância, Alfredo herdou, dos pais já falecidos, várias propriedades que tem conseguido preservar. A antiga casa de família mantém-se indivisível e, agora remodelada, tem quartos suficientes para albergar toda a família que às vezes aí se junta no verão.

Dos oito irmãos de Alfredo, todos emigraram para a Suíça e só o mais novo se mudou com a mulher há três anos para o sul de França. O exemplo da sua família não é único na aldeia. Nestes quarenta anos após o 25 de Abril de 1974, os que não foram para o estrangeiro partiram para os grandes centros, principalmente para a Área Metropolitana de Lisboa. Actualmente, a sua aldeia é um povoado de casas novas – vivendas agradáveis e modernas, a maioria habitada poucos dias por ano – mas com população cada vez mais envelhecida que já não pode cuidar da terra. Meia dúzia de famílias já regressaram; entre elas, duas de gente mais jovem que emigraram para a Suíça depois de Alfredo, uma de reformados proveniente de França e as restantes de gente idosa vinda de diversas regiões de Portugal.

Há meia de dúzia de anos a ideia do regresso à aldeia fixou-se na cabeça de Alfredo que aí pensou construir uma pequena casa. Chegou a comprar um terreno a um irmão, contíguo ao que herdou de seus pais já falecidos, para ter uma área mais desafogada. E quase comprou um outro defronte do seu, que estava à venda por vinte mil euros, para evitar que construíssem à frente da casa e lhe tirassem a vista principal. Ele e a mulher foram criados em meio rural, gostam de agricultura e de cuidar do que é seu. Mas a mulher questionou-o: “Se tens uma casa em Lisboa, para que precisas de uma casa na aldeia? Achas que um dia os teus filhos virão para cá?”. Alfredo repensou o assunto e há cerca de dois anos desistiu da ideia. Não só os seus filhos não virão para a aldeia como a maior parte dos seus irmãos também não o fará. Alguns já desejaram construir uma casa na aldeia mas também desistiram. Um preferiu construir uma casa na Suíça, outro comprou um apartamento em Santa Maria da Feira, influenciado por um amigo que fez idêntico investimento; é para lá que vai quando vem de férias. Muito recentemente outro irmão adquiriu um apartamento na vila de Proença-a-Nova, a uma dezena de quilómetros da sua aldeia, “para ter mais privacidade quando vier de férias”. Dos oito irmãos, apenas dois têm casa na aldeia, mas não é certo que para aí regressem.

Quando Alfredo e Fátima vão à aldeia, ficam na casa que era dos pais dele. Não mais do que alguns dias. Também gostam de estar na terra natal de Fátima, a poucas dezenas de quilómetros da aldeia do marido, onde vivem familiares e eles também têm propriedades. Alfredo reconhece que as águas da albufeira de Castelo do Bode dão àquele lugar um encanto especial sendo a aldeia da mulher mais bonita do que a sua.

---

estudos de Fibbi *et al.* (2010) e Marques (2008) permitem conhecer a origem e evolução do fluxo emigratório português para a Suíça; e, mais recentemente, Marques (2016), apresenta uma análise dos últimos dados disponíveis no portal do Observatório da Emigração em [http://observatorioemigracao.pt/np4/file/5685/OEm\\_CountryReports\\_03\\_2016\\_Suica.pdf](http://observatorioemigracao.pt/np4/file/5685/OEm_CountryReports_03_2016_Suica.pdf)

Há meia dúzia de anos, Alfredo sofreu um grave acidente de trabalho na Suíça e pediu a Fátima que, se algo de pior acontecesse, o levasse para Portugal. Ela há muito percebeu o quanto ele ambicionava fazê-lo e acabou por aceitar a sua decisão de regressar ao seu País. A decisão foi dele e ela acompanhou-o mais ou menos conformada. Se fosse ela a decidir continuaria em Genebra junto dos dois filhos e três netos, e a trabalhar no serviço de limpezas em casa de famílias suíças que muito estima e onde se sente bem. Fátima ainda não tem idade para a reforma. Preferia continuar por lá, mas Alfredo foi contando os dias que faltavam com tal entusiasmo que, logo que se reformou, vieram para Portugal. Chegaram a Lisboa a 8 de Setembro de 2014, após quase quatro décadas de emigração.

Alfredo diz que “não decidiram vir a sério”. Na habitação onde moravam na Suíça reside agora a filha, a quem deixaram também o automóvel. Se não se adaptarem a Portugal voltarão para a Suíça; não para a mesma casa, cuja elevada renda não poderão suportar, mas para uma outra mais pequena e afastada do centro da cidade. A reforma dele daria para viverem remediadamente na Suíça. Em Portugal representa três vezes mais. Não pagam renda de casa e o custo de vida é menor. Aqui podem viver com maior poder de compra e visitar a família na Suíça com regularidade. Aliás, estão em Portugal há poucas semanas e já têm planeada a primeira viagem àquele País para assistirem à cerimónia de graduação académica da filha. No Natal e Ano Novo estarão novamente reunidos em família, na Suíça.

Alfredo tem planos para o que pensa fazer em Portugal nos próximos meses. “Há mais de trinta anos que não cuida da casa” e, por isso, no início do próximo ano vai colocar-lhe um telhado novo, depois substituir as velhas portas e janelas de alumínio, pintar as paredes e por aí adiante. Parte desse trabalho será ele próprio a fazê-lo. Ao mesmo tempo está entusiasmado com os trabalhos na aldeia; fará a apanha da azeitona, depois a poda das árvores e a lavragem de terras com o tractor que comprara a meias com os irmãos. Os planos de Alfredo para o futuro passam por se ocupar de manhã com os afazeres de uma agricultura familiar e repousar ou conviver com os amigos durante a tarde. Passará o tempo entre os arredores de Lisboa, onde habita e tem um pequeno quintal, e as aldeias dele e da mulher onde tem as propriedades que quer manter e cultivar. Na aldeia tratará do olival, da vinha e das árvores de fruto. Nos arredores de Lisboa, junto à sua casa criará alguns legumes. Na Suíça, Alfredo tinha uma actividade física muito intensa relacionada com a sua profissão; agora é perentório ao afirmar que não volta a ser empregado de ninguém mas não quer ficar parado em casa. Além disso quer cuidar da saúde. Na época balnear terá uma vida muito idêntica à que tinha quando vinha de férias a Portugal, indo à praia todas as manhãs. À mulher, Alfredo promete visitar a família na Suíça várias vezes por ano e viajar pelo País e por Espanha. Não se atreve a prometer ir mais longe porque tem medo de andar de avião. E, se entretanto não se adaptar a Portugal voltará para a Suíça.

Fátima, com alguma tristeza no rosto, por lá ter deixado os filhos e os netos, não fez quaisquer planos para o futuro. Prefere dizer que “ainda se está a adaptar ao dia-a-dia em Portugal”. O seu maior desejo é ajudar os outros: idosos, carenciados e doentes. Fazer voluntariado. Aguarda que as obras que Alfredo vai fazer na casa terminem para se dedicar a essa causa. Está determinada!

Fátima e Alfredo não têm os mesmos planos para o futuro; os planos dele são materiais, os dela não. Resta saber como um e outro se adaptarão em Portugal!

### **Voltar a França mesmo quando “emigrar não fazia parte dos planos”**

Em 1974, quando os pais, Joaquim e Maria José, regressaram a Portugal, Pedro tinha 14 anos, o 5º ano de escolaridade e, nos últimos sete anos tinha vivido à guarda dos avós e dos tios maternos. Com os pais esteve apenas 6 meses em França e durante os períodos de férias de verão na aldeia. No final da década de 70, acompanhou o pai e dois conterrâneos numa nova experiência de trabalho em França, que durou dois anos. O pai regressou a Portugal e por cá ficou. Pedro encontrou trabalho na construção e a vida parecia que iria seguir o seu rumo em terras lusas...

Voltou a emigrar em 1990. Nessa altura “as coisas até estavam a ficar boas por cá”, por isso o desafio lançado por um colega que residia em França e que tinha vindo a Portugal para angariar trabalhadores para o patrão, não o deixou muito entusiasmado. Por um lado, o forte crescimento da construção civil e obras públicas que se registava em Portugal deixava antever boas perspectivas de trabalho e, por outro, “as fronteiras tinham estado fechadas, não era fácil emigrar”.<sup>11</sup> Então com 30 anos, casado e com um filho, Pedro não pensava emigrar. A decisão acabou por ser tomada, não tanto pela insistência do colega, mas sobretudo pela descrença no sistema político português. Já tinha vivido várias crises e, talvez por isso sentisse dificuldade em acreditar que mudanças significativas ocorressem, mesmo que impulsionadas pela integração na Europa comunitária.

Em França fixou-se na região de Rhône-Alpes, próximo da cidade suíça de Genebra. Pedro descreve as dificuldades sentidas nos primeiros tempos “até conseguir arranjar os papéis”. A situação de irregularidade em que os emigrantes se encontravam, uma vez caducado o visto para fins turísticos, fazia aumentar a insegurança... “Éramos clandestinos e a polícia procurava muito a malta clandestina. Por isso tínhamos que andar meio fugidos”. À dificuldade em cumprir as exigências das autoridades por imposição da legislação – estabelecer-se por conta própria era condição para poder regularizar a sua situação –, acrescia o facto de “mal falar a língua”. Diz que “isso foi o mais difícil. A cultura também, porque é um bocadinho

---

<sup>11</sup> Os fluxos migratórios internacionais são condicionados pelas forças económicas, redes sociais e leis. Os Estados vão modificando as suas políticas migratórias, geralmente impondo leis mais restritivas, para responder a novas situações que consideram ameaçadoras da segurança. Em França, os princípios subjacentes à política de imigração definidos na Lei de 1984 – estabilização da população estrangeira em situação regular, apoio ao retorno voluntário e fecho de fronteiras –, vão prevalecer nas décadas seguintes (Weil, 2005). Em 1993, a concessão de títulos *de séjour* de longa duração é muito restrita, o reagrupamento familiar adiado e os empregadores/instituições incentivados a denunciar os estrangeiros em situação irregular. O endurecimento das leis gerou um clima de suspeição que atingiu em particular algumas nacionalidades e categorias de imigrantes. Desde então, a prioridade dada à limitação de novas entradas afecta sobretudo os migrantes económicos, tendo-se caminhado no sentido de favorecer a “immigration choisie”.

diferente da nossa. E o clima, o frio é muito duro”. Relembra alguns episódios dos tempos em que tinha por casa uma caravana e quanto era difícil, no inverno, já que “a neve à porta atingia 30 cm” e “a roupa a secar na rua ficava como um bloco de gelo”. Adivinha-se a dureza do trabalho nessas condições e muito do seu carácter quando afirma que “se não fosse tão teimoso, tinha-me vindo embora”. Entretanto, acabou por ficar sozinho, pois “o António regressou a Portugal” e durante cinco anos só voltou a estar com a família em Agosto e pelo Natal. O reagrupamento familiar foi sendo adiado porque “a minha ideia não era ficar” e só acabou por se concretizar por insistência da mulher. Hoje, os filhos, já adultos, ambos nascidos em Portugal, mas com a escolaridade maioritariamente realizada em França, seguiram o seu caminho – o mais velho, depois de trabalhar para uma multinacional na Suíça, vive há 4 anos em Londres onde trabalha numa loja de uma marca francesa de marroquinaria de luxo; a filha concluiu a sua formação e, é provável que venha a desenvolver a sua carreira profissional na Suíça. Os companheiros de ambos não são de nacionalidade portuguesa.

Decorridas duas décadas, Pedro faz um balanço positivo da sua experiência migratória e diz que “olhando para trás voltaria a fazer o mesmo”. No entanto, a “crise veio mudar muito as coisas”. Trabalha numa grande empresa de construção civil há vinte anos, o que lhe permite comparar os processos e as relações de trabalho nos dois países, que considera mais familiares em Portugal. Na sua opinião, as alterações no regime laboral e a maior mobilidade de trabalhadores de outros países, como os da Europa de Leste, têm contribuído para aumentar a fragilidade dos vínculos contratuais e provocar a diminuição do nível médio de salários. Talvez por isso, Pedro não tenha incentivado a emigração de outros portugueses. Considera que antes não havia razões para isso, e só agora com a crise alguns procuram saber quais as condições de trabalho e de vida em França. Quando questionado sobre os investimentos que realizou durante este período, lamenta não ter vendido a casa que construiu em Portugal e rentabilizado esse capital com a aquisição de uma casa em França. E, quando lhe lançamos o desafio sobre os planos para o futuro responde sem hesitar “sou português, gosto muito do meu país. Claro que espero voltar, mas é ainda um pouco cedo, não?”.

## **Notas finais**

Escrever sobre a migração portuguesa nos últimos 40 anos é poder contar uma parte substancial da História de Portugal do pré e pós 25 de Abril de 1974. Em vez disso, e para comemorar 40 anos volvidos, preferimos contar três pequenas histórias; uma por cada geração de portugueses que, por variadas razões, partiram em busca de uma vida melhor, ou de um sonho nem sempre concretizado. Cada experiência migratória é única, sentida na pele por cada um dos seus protagonistas e raramente repetível. As histórias que aqui contámos não pretendem ser representativas do universo de migrantes deste período nem do (in)sucesso dos muitos milhares de pessoas que dela fizeram e continuam a fazer parte. São apenas três histórias entre muitas outras que poderíamos contar. Em muitas delas um traço comum: o mito de retorno. Uma vez concretizado outras não; umas vezes bem-sucedido outras nem tanto.

**Referências bibliográficas**

- AMARO, R. (1985), “Reestruturas demográficas, económicas e socioculturais em curso na sociedade portuguesa: o caso dos emigrantes regressados” in *Análise Social*, Vol. XXI (87-88-89), 3º, 4º, 5º, pp.605-677, Lisboa.
- BAGANHA, M.I. (1994), “As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional” in *Análise Social*, Vol. XXIX (128), 4º, pp. 959-980, Lisboa.
- BAGANHA, M.I. (2000), “A Emigração Portuguesa no Pós II Guerra Mundial” in COSTA PINTO, A. (coord.) *Portugal Contemporâneo*; Ed. Sequitur, Madrid.
- BARRETO, A. (1996), *A Situação Social em Portugal 1960-1995: Indicadores Sociais em Portugal e na União Europeia*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa.
- BAROU, J.; MAGUER, A.; FORONI, F. e RÉMY, A. (2009), “Histoire de l’immigration en Auvergne”, *Hommes et migrations*, n° 1278, (mars-avril 2009), Paris, <http://hommesmigrations.revues.org/247> [Consultado a 21 de Setembro 2014]
- FIBBI, R., et al. (2010), *Les Portugais en Suisse*, Office Fédéral des Migrations, Berna.
- MAGALHÃES, L. (1956), *Dos Ranchos Migratórios em Portugal*, Relatório Final do Curso de Engenheiro Agrônomo. Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Agronomia, Lisboa.
- MALHEIROS, J. (2010), "Portugal 2010: o regresso do País de emigração?", Notas e Reflexões, *JANUS.NET e-journal of International Relations*, Vol. 2, Nº 1. Consultado [online] em Set. 2014, [observare.ual.pt/janus.net/pt\\_vol2\\_n1\\_not3](http://observare.ual.pt/janus.net/pt_vol2_n1_not3).
- MARQUES, J.C. (2016), “Suíça”, *OEm Country Reports*, 3, Observatório da Emigração, CIES-IUL, ISCTE-IUL. DOI: 10.15847/CIESOEMCR032016.
- MARQUES, J.C. (2008), *Os Portugueses na Suíça. Migrantes Europeus*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa.
- MARTINS, F. (2011), *Pinhal Interior Sul e o Regresso de Emigrantes (1975-2001)*, Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas, Fundação Calouste Gulbenkian/ Fundação para a Ciência e a Tecnologia / MCTES, SL, Lisboa.
- MASSEY, D. et al. (1993), “Theories of international migration: a review and appraisal” in *Population and Development Review* 19, pp. 431-466.
- PEIXOTO, J. et al. (2016), *Regresso ao futuro: a nova emigração e a relação com a sociedade portuguesa*, Gradiva, Lisboa.
- PEREIRA, V. (2014), *A ditadura de Salazar e a emigração. O Estado português e os seus emigrantes em França (1957-1974)*, Temas e Debates – Círculo de Leitores, Lisboa.
- PIMENTEL, D. (2003), “Portugal ainda é cais de partida: alguns dados da emigração no período 1992-2003” in *GeoInova*, 8, Revista do Departamento de Geografia e Planeamento Regional, UNL, pp. 207-211, Lisboa.
- PIRES, R. P.; PEREIRA, C.; AZEVEDO, J. e RIBEIRO, A. C. (2014), *Emigração Portuguesa. Relatório Estatístico 2014*, Observatório da Emigração e Rede Migra, CIES-IUL, ISCTE-IUL, Lisboa.
- PIRES, R. P.; PEREIRA, C.; AZEVEDO, J.; ESPÍRITO SANTO, I.; VIDIGAL, I. e RIBEIRO, A. C. (2015), *Emigração Portuguesa. Relatório Estatístico 2015*, Observatório da Emigração e Rede Migra, CIES-IUL, ISCTE-IUL, Lisboa. DOI:10.15847/CIESOEMRE022015.
- WEIL, P. (2005), *La France et ses étrangers: l’aventure d’une politique de l’immigration de 1938 à nos jours*, Folio, Paris.